

CLASSE? QUE CLASSE? O DEBATE TEÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DAS CLASSES: ESTRUTURALISTAS VERSUS CULTURALISTAS

Regina Célia Gonçalves*

O presente artigo tem por objetivo proceder à análise das teses que têm sido defendidas, na últimas décadas, acerca da relação entre as categorias **trabalho e classes sociais**. Para tanto, aborda aquelas que se sustentam numa perspectiva estruturalista, a exemplo da formulada por Nicos Poulantzas em **Poder Político e Classes Sociais** (1977), que compreende as classes “como um efeito do conjunto das estruturas (...) sobre os agentes que constituem os seus suportes.” (p.65). Aborda também as que se constróem sobre uma perspectiva culturalista, incorporando noções como a de “experiência”, elaborada Edward P. Thompson em **A Formação da Classe Operária Inglesa** (1963); “efeitos de lutas” de Adam Przeworski em **Capitalismo e Social Democracia** (1989) e “autonomia operária” de Cornelius Castoriadis em **A Experiência do Movimento Operário** (1974). Tal discussão se justifica pela necessidade que as ciências humanas têm, hoje, de construir um instrumental teórico adequado à compreensão das profundas transformações que se operam, no mundo do trabalho, nas sociedades contemporâneas.

Entre as muitas questões que nos são colocadas pelos tempos atuais uma, em particular, nos parece de especial relevância: a compreensão do mundo do trabalho. Relevante pelo fato de que, em que pesem as intensas e profundas transformações pelas quais passam as sociedades contemporâneas, a problemática da produção dos bens

*Professora de Teoria e Metodologia da História da UFPB. Mestre em Sociologia pela UFPB.

necessários à existência humana continua a receber um tratamento exclusivamente técnico, tanto por parte do Estado quanto pela academia. Continuam a ser prioritárias as preocupações com desenvolvimento de novas tecnologias e com o seu impacto sobre as políticas econômicas e o mercado financeiro. Trata-se de tema relevante porque o estudo do “mundo do trabalho” ainda não se voltou, com prioridade, para o homem que trabalha. E não se trata de tomá-lo exclusivamente como “produtor”, mas como ser. É também acerca desta dimensão ontológica que, nos parece, as ciências sociais e a história devem se ocupar.

Nesses tempos, em que a própria centralidade do **trabalho**, enquanto relação concreta estabelecida entre os homens na vida em sociedade, e enquanto categoria analítica, passa a ser questionada como elemento definidor do real, nos parece ser extremamente necessário compreender o que se passa. Desaparecerão os trabalhadores? Serão eles totalmente substituídos pelas invenções da informática, da mecatrônica, da robótica? O processo hoje observado no setor terciário, com a substituição acelerada de homens trabalhadores por máquinas, se estenderá às demais esferas da produção? Qual será o destino das massas de desempregados e sub-empregados que crescem em todas as partes do mundo?

A ocupação, a atividade produtiva, o trabalho enfim, deixará de ser um dos elementos definidores da identidade humana?

Nos parece que, para tentar responder a algumas dessas indagações e, diante deste mundo que se transforma vertiginosamente, as ciências sociais necessitam desenvolver um grande esforço. Um esforço dirigido para construção de um instrumental teórico capaz de facilitar a compreensão do que estamos vivendo.

Tendo em vista o mundo dos trabalhadores que, apesar de todas as evidências contrárias, ainda é (pelo menos no Terceiro Mundo) o mais numeroso, e, com a preocupação de

contribuir para a construção de uma perspectiva histórica que os leve em consideração, como sujeitos ativos, procedemos uma discussão teórica acerca da construção da sua identidade. Identidade esta que, pela tradição ainda hegemônica entre as ciências humanas, se pauta na noção de classe.

Classe? Mas de que classe falamos? Procuramos proceder, neste artigo, à análise das teses que têm sido defendidas nas últimas décadas, por diversos estudiosos, acerca da relação entre **trabalho e classe operária**. Teses que ora se amparam na perspectiva estruturalista, como é o caso de Nicos Poulantzas; ora se sustentam na categoria “experiência de vida”, concebendo a classe como um ato de auto-construção, numa perspectiva culturalista (tal é o enfoque, com diversos matizes, de Adam Przeworski, Edward P. Thompson e até mesmo Cornelius Castoriadis). Estes autores, portanto, abordam a questão de formas diferentes, algumas vezes excludentes entre si, outras vezes complementares. Nossa intenção é reconstituir essas posições e identificar, a partir delas, a possibilidade ou não da utilização da categoria **classe social** enquanto um instrumento útil e adequado à análise da sociedade humana e de sua história e, principalmente, à compreensão dos homens que se ocupam do trabalho num mundo cujas mudanças parecem indicar o seu desaparecimento. Será?

I. Poulantzas e as Estruturas

“De modo preciso, a classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes...”

(Poulantzas, 1977: 65)

Nicos Poulantzas foi discípulo de Louis Althusser, um dos maiores expoentes do chamado “Estruturalismo Marxista”, que teve uma enorme influência na América Latina a partir dos anos setenta.

No capítulo I de seu livro **Poder Político e Classes Sociais** (1977), Poulantzas discute a questão da formação das classes e da luta de classes, tendo como ponto de partida as afirmações de Karl Marx. Para tanto, procede à crítica das várias vertentes que, segundo sua análise, fazem uma leitura equivocada da teoria marxista, a saber: o historicismo genético (de Lukács, Marcuse e Goldman), o historicismo funcionalista (de Bourdieu e Dahrendorf) e a antropologia econômica. Não trataremos deste aspecto da discussão por ele apresentada porque o que nos interessa, neste artigo, é a reconstituição da sua própria formulação. Na medida do necessário, no entanto, retomaremos o teor das suas críticas.

Poulantzas afirma que, embora na obra de Marx seja recorrente a distinção entre luta econômica (“interesses econômicos”) e luta política (“interesses políticos”) de classe e a idéia de que o proletariado só existe como classe na sua organização em partido distinto, isso não seria suficiente para explicar o engano analítico cometido pelas leituras acima citadas.

Em Marx, os agentes da produção (trabalhadores e capitalistas) são considerados como os **suportes** ou os **portadores** de um conjunto de estruturas, e não os geradores destas. Compreender isto é compreender o conteúdo da análise de classes feita pelo próprio Marx, isto é, as classes sociais, na verdade, se apresentam como o efeito global das estruturas no domínio das relações sociais, as quais conotam, na sociedade de classes, a distribuição dos agentes suportes por classes sociais.

“... as análises de Marx relativas às classes sociais reportam-se sempre não apenas à estrutura econômica - relações de produção - mas, ao conjunto das estruturas de um modo de produção e de uma formação social, e as relações que nele mantêm os diversos níveis. Digamos, antecipadamente, que tudo se passa como se as classes sociais fossem o efeito de um conjunto de estruturas e das suas relações, no caso concreto 1) do nível econômico; 2) do nível político e 3) do nível ideológico. (...) As classes sociais

determinam o lugar dos agentes-suporte relativamente às estruturas de um modo de produção e de uma formação social". (1977: 61-62)

É importante frisar também que o estatuto teórico das classes sociais atribuído por Poulantzas, a partir da sua leitura de Marx, é o de que não são de fato uma "coisa empírica".

"... a classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes; esse conceito indica pois os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais". (1977: 65)

Este conceito recobre a unidade das práticas de classe - luta de classe - das relações sociais como efeitos da unidade dos níveis da estrutura. Assim, a partir desta compreensão (que está bem clara em *O Capital*, obra em que, segundo Poulantzas, Marx já havia se livrado das seqüelas da antropologia econômica da sua juventude), percebe-se que o conceito de classe não pode ser constituído unicamente a partir da relação entre as relações sociais e a estrutura econômica. As classes são o efeito de uma articulação das estruturas, quer do modo de produção, quer da formação social.

A dominância de um modo de produção sobre outros, no interior de uma formação social, pode levar a uma subdeterminação das classes dos modos de produção não dominantes. Uma classe só se consolida como força social na medida em que as relações de produção, o lugar no processo de produção, se reflete sobre outros níveis por efeitos pertinentes. A caracterização desses efeitos e da sua novidade em relação à tipicidade dos níveis depende sempre da conjuntura concreta de uma situação histórica concreta. A diferenciação de níveis entre econômico, ideológico e político permite desenvolver um grande número de categorias por intermédio das quais podem ser identificados os efeitos políticos das classes.

Por outro lado, Poulantzas distingue lugares de diferentes classes e facções no bloco do poder. Mas tudo é efeito das relações entre as estruturas, que definem, a todos os níveis, relações fundamentais de dominação e de subordinação das classes - das práticas de classe - que existem como contradições particulares. As práticas de classe só são analisáveis como práticas conflitantes no campo da "luta" de classes.

"Dizer que as práticas recobrem os suportes não significa de maneira nenhuma regressar a uma problemática do sujeito, 'homens concretos' ou classes sociais - sujeitos das práticas. A pergunta quem pratica, quem luta, quem trabalha poder-se-á responder que são os suportes distribuídos em classes sociais..." (1977: 87)

II. Thompson e a Experiência

"A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição".
(THOMPSON, 1987:12)

Edward P. Thompson, ao lado de Eric J. Hobsbawm, Rodney Hilton, Christopher Hill, entre outros, compôs o quadro dos historiadores ingleses que renovaram, no campo do marxismo, a produção do conhecimento histórico a partir dos anos cinquenta. A tendência formada por eles ficou conhecida como a "História Social Inglesa" e tem se dedicado aos estudos sobre o mundo do trabalho e a história cultural dos trabalhadores. A influência da teorização de Thompson sobre as classes e, em especial, a classe trabalhadora, tem sido, ao longo das últimas décadas, das mais férteis no campo da historiografia e demais ciências sociais.

Thompson compreende a classe, antes de mais nada, como uma categoria histórica derivada da observação social ao longo do tempo, inseparável da noção de luta de classes,

porque é no processo dessa luta que a classe se define e se concretiza. Portanto, para ele, a classe não é apenas uma categoria analítica, é também um dado real, dinâmico, constituído historicamente. Trata-se de um conceito que pode ser empregado em dois sentidos diferentes: como algo empiricamente observável na realidade e como categoria heurística ou analítica empregada para organizar a evidência histórica.

Em seu ensaio *La Sociedad Inglesa del Siglo XVII: Lucha de Clases sin Clases?* (1989: 13-61), Thompson chama a atenção para o perigo de se usar o conceito no seu primeiro sentido - a classe enquanto evidência histórica (nas sociedades capitalistas) - para a análise de sociedades anteriores à Revolução Industrial, porque nestes casos a correspondência entre a categoria e a evidência histórica é muito menos direta. Com o capitalismo, observa-se a existência de um conceito "maduro" de classe (compreendido como consciente e historicamente desenvolvido), trata-se de uma realidade diretamente experimentada, enquanto que em épocas pré-capitalistas não pode ser mais do que uma construção analítica, que dá sentido a um conjunto de dados de outro modo inexplicável. Assim:

" Si la clase no era um concepto asequible dentro del propio sistema cognoscitivo de la gente, si se consideraban a si mismos y llevaban a cabo sus batallas históricas en términos de 'estados' o 'jerarquias' o 'órdenes', etc., entonces al describir estas luchas históricas en términos de clase debemos extremar el cuidado contra la tendencia a leer retrospectivamente notaciones subsiguientes de clase". (1989: 37)

Ou seja, para Thompson, o pressuposto fundamental é que a classe se descobre a si mesma, que ela está presente ao seu próprio "fazer-se" e a sua constituição se deve tanto à ação humana quanto aos condicionamentos históricos e sociais. E

que, portanto, a classe não é uma estrutura, nem uma categoria, é algo que efetivamente ocorre nas relações humanas.

III. Przeworski e os Efeitos de Lutas

“As classes não são determinadas unicamente por quaisquer posições objetivas porque constituem efeitos de lutas e essas lutas não são determinadas exclusivamente pelas relações de produção”. (Przeworski, 1989: 86)

Adam Przeworski pode ser inserido na corrente conhecida como “Marxismo Analítico”, que tem como principal veículo de difusão a publicação **Marxismo Hoje**. Outros representantes desta tendência são Claus Offe e John Elster.

No que diz respeito à questão de classes, este autor foi influenciado pelas teses do historiador inglês E. P. Thompson, e defende a idéia de que elas (as classes) só podem ser compreendidas como efeitos de lutas, portanto, não existem sem as lutas. Não há efetivamente a recusa das estruturas, mas há uma estruturação das lutas por condições objetivas que são simultaneamente de ordem econômica, política e ideológica. Os resultados de tais lutas são a organização, desorganização e reorganização das classes, e estes resultados, em cada momento da história, são, em certa medida indeterminados. Ou seja, na análise de Przeworski, explícita no capítulo II da obra **Capitalismo e Social Democracia** (1989), para se ter uma análise de classes é necessário relacionar o desenvolvimento social à luta entre agentes históricos concretos e, por este motivo, não é possível obtê-la limitando-se às pessoas que ocupam lugares no sistema de produção. Mesmo porque o desenvolvimento capitalista gera uma força de trabalho excedente que pode tornar-se socialmente organizada de várias formas:

“Os processos de constituição dos operários em classe vinculam-se inextricavelmente aos processos de organização da mão-de-

obra excedente. Em consequência, são possíveis diversas organizações de classes alternativas em qualquer momento da história”.(1989: 68)

Além dessa mão-de-obra excedente, há que acrescentar o fato de que nas sociedades capitalistas, há uma tendência cada vez maior à existência de outros trabalhadores assalariados cujo trabalho difere daqueles executados pelos operários e que, portanto, não se consideram incluídos na classe operária (este é o caso dos chamados “empregados de colarinho branco”). Ou seja, nos tempos atuais há uma crescente heterogeneização da classe trabalhadora, o que conduz à discussão sobre as classes para a seguinte direção: onde enquadrar as camadas dos assalariados não-operários e a “classe média”?

Segundo a argumentação do autor, se as classes são efeitos das lutas que ocorrem em uma determinada fase do desenvolvimento capitalista, para atribuir-lhes significado é necessário compreender tais lutas e o seu desenvolvimento em sua articulação histórica concreta, como um processo.

Desta forma, como agentes históricos, as classes não são determinadas unicamente por quaisquer posições objetivas, suas lutas não são determinadas exclusivamente pelas relações de produção (embora não sejam livres de determinação). Concordando com Gramsci e Poulantzas, Przeworski reconhece que as relações ideológicas e políticas também são objetivas com respeito à luta de classes:

“A forma de uma luta de classes é determinada pela totalidade das relações econômicas, ideológicas e políticas que caracterizam uma situação histórica específica, mas é determinada apenas até os limites dos possíveis efeitos das lutas de classes sobre essas relações”.(1989: 87)

Tal interpretação desliga-se dos elementos economicistas e historicistas inerentes à formulação da classe em si, presente

nas obras de Karl Marx e depois desenvolvida, entre outros, por Lenin e Kautsky.

Assim ao concluir que a formação das classes é um processo perpétuo, pois é efeito da totalidade das lutas travadas pelos homens em suas diferentes inserções sociais, Przeworski está concordando com a famosa afirmação de Thompson de que a “classe é definida pelos homens ao viverem sua própria história e, no fim, essa é sua única definição”.

No entanto, em sua análise o autor acrescenta um novo elemento, o pressuposto do “individualismo metodológico”, ou seja, o reconhecimento de que o indivíduo tem sempre uma possibilidade de escolha.

“As relações sociais são dadas para um sujeito histórico, individual ou coletivo, como esferas de possibilidades, estruturas de escolhas (...). As classes não emanam das relações sociais, quer sejam relações econômicas isoladamente ou em combinação com as demais relações. Constituem efeitos de práticas, das quais o objeto é precisamente a organização, desorganização e reorganização das classes”. (1989: 93)

Enfim, conhecer as condições objetivas que são determinantes das “esferas de possibilidades”(e apenas isso), é necessário, mas não suficiente para a compreensão das lutas concretas. E a classe é, portanto, o nome de uma coleção de indivíduos situados num mesmo lugar social. É um produto historicamente dependente de ações recíprocas.

IV. Castoriadis e a Autonomia Operária

“Desse objeto histórico que é a burguesia (...) nada podemos apreender se o subsumirmos sob um universal, o pretense conceito de classe”. (CASTORIADIS, 1985: 46)

Na introdução da sua coletânea de artigos intitulada **A Experiência do Movimento Operário**¹, Cornelius Castoriadis discute a tese hegemônica, no campo do marxismo, sobre a história do movimento operário - a do reducionismo economista da prática operária -, e propõe o reconhecimento de uma esfera autônoma das classes na construção da sua história.

O interlocutor privilegiado deste debate é o próprio Karl Marx a quem Castoriadis faz uma crítica impiedosa (incluindo também "os marxismos"). Segundo sua análise, na obra de Marx, há uma tensão permanente expressa, de um lado, nos textos da sistematização, onde se encontram as bases para a noção de uma ciência marxista da História e, de outro, nas análises históricas concretas que fundam a visão da história como resultado das lutas de classe.

No entanto, a posição hegemônica, dentro do marxismo, e que se generalizou ao longo do século XX, é aquela em que

"a vocação revolucionária da classe operária aparece sob a forma de uma teleologia fundada, (...) em leis 'objetivas' cujo reconhecimento confere às vanguardas um papel privilegiado na condução da luta de classes. O proletariado, tateando na escuridão de suas lutas imediatas, fica na realidade sem história. Ou melhor dizendo: a história da classe operária passa a ser reflexo ou da estrutura ou dos 'acertos', 'erros' e 'traições' da direção".²

Partindo desta constatação Castoriadis faz a crítica do marxismo (ou desta leitura hegemônica do marxismo que, segundo ele, encontra-se plenamente respaldada nos textos do próprio Marx) que, ao mesmo tempo em que atribui ao proletariado a maior das missões históricas - a revolução -, nega-lhe a autonomia para realizá-la. Ou seja, o proletariado, preocupado com o imediatismo imposto por sua situação

¹ A primeira edição, francesa, é de 1974. No Brasil foi publicada em 1985, pela Editora Brasiliense.

² GARCIA, Marco Aurélio. "Apresentação" in: CASTORIADIS, C. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

econômica, só poderá realizar a revolução, só poderá se elevar ao nível das preocupações “históricas” da organização através da ação da vanguarda. Desta forma, o proletariado age como o instrumento cego de uma razão histórica que apenas os militantes políticos (o partido), qualitativamente diferentes dos operários, detentores de uma ideologia coerente, conhecem. As massas que irão criar um mundo novo, que têm essa missão, só são motivadas à atividade revolucionária por sua situação econômica, com a direção da vanguarda. É a organização política que sabe qual o “papel histórico do proletariado”. Ela domina a teoria que, por sua vez, domina a verdade da evolução histórica e, por conseguinte, a prática.

Ora, tal posição conduz a um menosprezo pela autonomia, pelo saber, pela criatividade do operariado. Todas essas manifestações acabam sendo relegadas ao reino nada nobre da ideologia, do imediato, do que é mascarado, da representação, da aparência.

De acordo com esta visão, o desenvolvimento histórico se faz segundo uma ordem cuja significação é possuída por quem fala. Os eventos e atividades das camadas sociais têm uma função na realização de um fim. Assim, a classe é definida por referências às relações de produção que são, em última instância, “relações entre pessoas mediatizadas por coisas”. (1985: 39).

“O ser da classe a obriga historicamente a fazer o que ela deve fazer; conhecendo esse ser, conhecemos a ação das classes na história e nos colocamos ao abrigo das surpresas reais e das surpresas filosóficas, incomparavelmente mais graves. Resta integrar essa série de objetos no Todo (que é Um, e no seio do qual cada objeto encontra seu lugar ou função): será o papel do ‘papel do ‘papel histórico’, a função da ‘função de classe. Este objeto recebe assim sua dignidade final; sua existência fica amarrada pelos dois lados à totalidade dos existentes: tem suas causas necessárias e suficientes no que já foi, sua causa final no que deve ser”. (1985: 40)

Partindo da crítica a esses pressupostos fundamentais do marxismo (ou pelo menos o que o autor assim considera): o determinismo (as classes definidas pelas relações de produção), o racionalismo (a possibilidade da razão conhecer o ser e o real), o finalismo (cada ser tem seu papel, sua função) e a teleologia (a existência de um “vir a ser” inevitável que conduzirá ao “reino da liberdade”), Castoriadis aponta a necessidade um redimensionamento da história do movimento operário³, a partir de uma outra abordagem que reconheça a existência da “autonomia operária”.

Para Castoriadis não há consciência do proletariado fora dele, o que quer dizer que a classe operária não pode exercer o seu poder através de uma “delegação”. Portanto, se ela não pode se dirigir e dirigir a sociedade ninguém poderá fazê-lo em seu lugar. Nega terminantemente a idéia do partido de vanguarda porque é irreconciliável com a de autonomia do proletariado.

Segundo ele, só é possível captar o ser da classe por referência ao seu fazer, à sua atividade social-histórica. É a classe que se constitui. Este ser só pode ser apreendido por referência ao que advém através do seu fazer. Só pode ser percebido em relação ao seu ser próprio, como objeto e como relação absolutamente originais e irreduzíveis, que não se submetem às determinações do universal e do singular. Em última instância, o que o autor coloca em questão é a própria razão ocidental e a sua busca de um sentido geral, uma explicação para a história da humanidade. Para ele não há objetivo, não há produção dialética de uma totalidade de significações. A razão, enfim, não é a única forma de falar sobre o real.

³ Castoriadis afirma que esta história está para ser feita, na medida em que as tendências determinantes até hoje ou resvalam na história factual, em que, no melhor dos casos, se procede a efeitos de um ou de outro grande evento; ou se inserem na “tradição” da hagiografia stalinista, ou a melochiana Trotskyista. Menciona uma única exceção a essa regra, A Formação da Classe Operária Inglesa, de Edward P. Thompson.

“O fazer da burguesia engendra uma nova definição da realidade, do que conta e do que não conta (...). Esse fazer, portanto, é instituição de uma nova realidade, de um novo mundo e de um novo modo de existência social-histórica. Essa instituição é criação: nenhuma análise causal poderia predizê-la a partir do estado que a precedeu (...). Evidentemente ela surge numa situação dada, entre as criações do passado ainda vivas, retomar uma quantidade inumerável dessas últimas, conserva-se por muito tempo submetida a algumas delas. Mas, à medida que o fazer instituinte da burguesia progride, o sentido do que foi inicialmente conservado do passado se transforma, gradualmente, ou por saltos, seja de modo catastrófico, seja insensivelmente, através de sua inserção numa nova rede de relações e numa realidade nova”. (1985: 44-45)

Assim, cada realidade só pode ser compreendida se forem preservadas as suas especificidades, reconhecidas as instituições, o complexo de significações imaginárias sociais, que a constituem. Só reconhecendo isso é possível compreender o seu fazer-se. E, nesse sentido, uma categoria universalizante como a de classe não tem qualquer significado. É no curso das experiências do sujeito (individual ou coletivo), onde a autonomia é relevante, que se torna possível compreender a constituição da classe enquanto evidência histórica.

Para Marx, o proletariado é classificado mediante um estatuto “objetivamente” definido por referência às relações de produção capitalistas (classe em si) e por seu “papel”, “função”, “missão histórica”: a supressão da sociedade de classes e a construção da sociedade comunista (classe para si). Afirma-se “*a priori*” o sentido da história do proletariado, que é essa passagem da classe em si a classe para si.

Para Castoriadis, a classe operária não pode ser definida a partir da sua situação nas relações de produção. Trata-se de uma falácia. Em primeiro lugar porque considera o fazer do proletariado simplesmente eliminando-o (ao reduzi-lo a finalidades pré-determinadas). Em segundo lugar, porque no e através do fazer do proletariado criaram-se, ao mesmo tempo,

instituições originais e uma relação original de uma categoria com suas relações, e desta com as relações de produção em que ela está envolvida. Ou seja, o fazer do proletariado retoma a definição instituída da realidade. Entender a formação do movimento operário é impossível e inconcebível em seu conteúdo fora dessa multidimensionalidade. É a atividade do operário o que determina, em última instância, os níveis de luta que se estabelecem em toda a organização do trabalho. Trata-se de uma luta que também é implícita e informal, através da qual os operários opõem

... uma contra-organização certamente parcial, fragmentária e móvel, mas não menos efetiva, sem a qual não poderiam resistir à direção, mas nem mesmo poderiam realizar o seu trabalho".
(1985: 62)

Ou seja, Castoriadis procura resgatar esta dimensão da luta cotidiana do proletariado que os "marxismos" consideravam "reformistas" e, portanto, inadequadas ao projeto da revolução. No entanto, segundo ele, são manifestações tão radicais quanto quaisquer outras porque minam o fundamento do poder estabelecido.

Conclusão

Como aponta Viotti da Costa, em seu artigo *Estruturas x Experiências - Nova Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha* (1990), os debates entre "estruturalistas" e "anti-estruturalistas" ou "culturalistas" acerca da questão da classe trabalhadora e do movimento operário procedem, em grande parte, dos conflitos dentro da própria esquerda. Conflitos que podem ser explicados pela emergência, na Europa e em outros lugares do mundo, de uma nova esquerda que se viu obrigada a, num primeiro momento, lutar pelo socialismo democrático, estabelecer a crítica à URSS e aos

partidos comunistas (e, por extensão, aos enfoques marxistas-leninistas tradicionais) e, num segundo momento, explicar (ou pelo menos tentar) a derrocada do “socialismo real”, a queda do muro de Berlim e a desagregação do bloco soviético.

Tal conjuntura, como não poderia deixar de ser, revela que estamos enfrentando uma série crise epistemológica, que pode ser resumida na crítica à razão instrumental ou razão prática e na sua crença na possibilidade de construir uma explicação válida para a história de toda a humanidade.

No interior deste quadro, a polêmica entre estruturalistas e culturalistas acabou se convertendo num tema central da nova historiografia do trabalho e da classe trabalhadora.

Em meio às vozes que clamam pela construção de uma “história de baixo para cima”, na qual os trabalhadores (e todos os excluídos) falem por si mesmos e sejam vistos como atores conscientes que ajudam a definir a mudança, em vez de meramente responderem a ela, o que de fato ocorre é que a nova geração de historiadores questiona o uso dos conceitos de infra e super-estrutura, descarta a determinação material da ideologia de classe e a relação entre as forças produtivas e as relações de produção. Tende a dar mais importância ao político do que ao econômico e privilegia o ideológico sobre o político.

“E se bem que alguns historiadores da nova geração continuem utilizando o conceito de classe, eles não mais assumem que existe uma relação necessária entre classe e consciência de classe, nem consideram a formação da consciência de classe um processo linear (...) Têm mais consciência do que os que os precederam de que existem várias formas de subjetividade humana, distintas daquela que nasce da situação de classe”. (VIOTTI DA COSTA, 1990: 06)

De todas as tendências, a mais difundida é a que se preocupa com a experiência dos trabalhadores. Aqui a influência de Thompson é muito importante. A crítica que faz àquelas correntes que concebem a classe como uma categoria estática,

ou bem sociológica ou heurística, encontra ressonância muito forte entre os novos historiadores. Thompson aponta que, nestas concepções, a classe como categoria histórica - a observação do comportamento ao longo do tempo - foi deixada de lado. Isso porque se parte da posição segundo a qual a teoria precede a evidência histórica sobre a qual tem a missão de teorizar.

"Es fácil suponer que las clases existen, no como un proceso histórico, sino dentro de nuestro propio pensamiento. Desde luego no admitimos que estén sólo en nuestras cabezas, aunque gran parte de lo que se argumenta sobre las clases sólo existe de hecho en nuestro pensamiento. Por el contrario, se hace teoría de modelos y estructuras que deben supuestamente proporcionarnos los determinantes objetivos de la clase: por ejemplo como expresiones de relaciones diferentes de producción". (THOMPSON, 1989: 34-35)

Esta crítica à concepção de classe como uma categoria estática Thompson estende também a certos marxistas, entre eles, Althusser. Neste autor, a classe só se define dentro de uma totalidade estrutural altamente teorizada, que subestima o verdadeiro processo histórico da formação de classes. Comete-se assim o erro de acreditar que as classes já estão dadas pelas estruturas, que existem independentemente das relações e lutas históricas e que lutam porque existem, ao invés de surgir da luta e sua existência.

Este também é o conteúdo da crítica que Adam Przeworski faz a Poulantzas, na medida em que este considera as classes em termos de "efeitos pertinentes", na esfera política, da estrutura de relações sociais que são, por sua vez, determinadas pela totalidade de formas em que as relações econômicas, ideológicas e políticas são organizadas em uma dada formação sócio-econômica. Ao se constituírem em "efeitos pertinentes", as classes permanecem no ar, nunca são mais do que "efeitos" que, por sua vez, afetam alguma outra coisa. Não investiga a maneira como as classes emergem em uma forma

específica a partir das relações de produção. Nesta formulação, a noção de classe perde toda e qualquer evidência empírica, porque seu conteúdo é “vampirizado”, os sujeitos que lhe dão vida desaparecem, e ela só se limita a ser mesmo uma categoria analítica.

Como alternativa a estas posições, surgem as teses anteriormente resumidas de Thompson, Przeworski e Castoriadis. Em que pese as profundas diferenças entre os autores, nas três formulações é possível resgatar esta dimensão da “experiência” de classe como definidora da classe. Esta experiência é vivida na esfera da produção, mas não apenas nela, também na vida cotidiana, nas relações políticas e ideológicas. Esta experiência que também é formada pelas lutas (explícitas e implícitas) que constroem a classe a partir da possibilidade de escolha que os indivíduos têm em suas várias inserções sociais.

O fato é que, como bem chama a atenção Viotti da Costa, é necessário precisar melhor o conceito de experiência. Quais seriam os seus componentes relevantes?

“Em outras palavras, como se estrutura (constitui) a própria experiência? Se os trabalhadores têm muitas identidades, religião, etnia, partido político, classe, de que maneira a identidade de classe vem a prevalecer sobre outros tipos de identidade?” (1990: 07)

Concordando com esta autora, é impossível negar que, apesar de toda a imprecisão metodológica inerente ao conceito de experiência, essa abordagem indicou novas fontes e fez amplo uso do testemunho oral, demonstrou a extraordinária variedade e heterogeneidade da experiência da classe operária, ao mesmo tempo em que contestou as imagens vigentes na historiografia tradicional. Aprofundou a nossa compreensão dos mecanismos pelos quais os trabalhadores constroem, de forma seletiva, um passado significativo a partir do presente, inventando uma tradição em que aparecem como sujeitos da história em vez de simples objetos.

No entanto, como o próprio Thompson revela em sua obra mais famosa, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, os estudos melhor sucedidos são exatamente aqueles em que se consegue estabelecer uma ponte entre as duas abordagens: a análise estrutural que possibilita as generalizações, uma visão mais ampla do mundo do trabalho, e o enfoque que resgata a experiência da classe e que a compreende como algo dinâmico, que se constrói, enquanto evidência empírica e categoria analítica, no curso destas experiências, no curso das suas lutas.

Enfim, esta perspectiva significa um enorme desafio para aqueles que consideram a noção de classe um instrumento útil para a compreensão da realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DOULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. Trad. Francisco Silva, São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PIEZOWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, Theotônio dos. *Conceito de Classes Sociais*. Trad. Orlando dos Reis, Petrópolis: Vozes, 1985.
- THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. I. A Árvore da Liberdade*. Trad. Denise Bottman, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase. Estudios Sobre la Crisis de la Sociedad Preindustrial*. Barcelona: Ed. Critica, 1989.
- VAN VELSSEN, J. "A Análise Situacional e o Método de Estudo de Caso Detalhado" in: FELDMAN-BIANCO (org.) *Antropologia das Soc. Contemporâneas - Método*. São Paulo: Global, s/dt.
- VICENTE DA COSTA, Emilia. "Estruturas Versus Experiência - Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se perde e o que se ganha" in: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, no. 29, Rio de Janeiro: ANPOCS, 1990.